



# Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

*Dezembro de 2018*

*Relatório completo [aqui](#)*

**Felipe Salto**

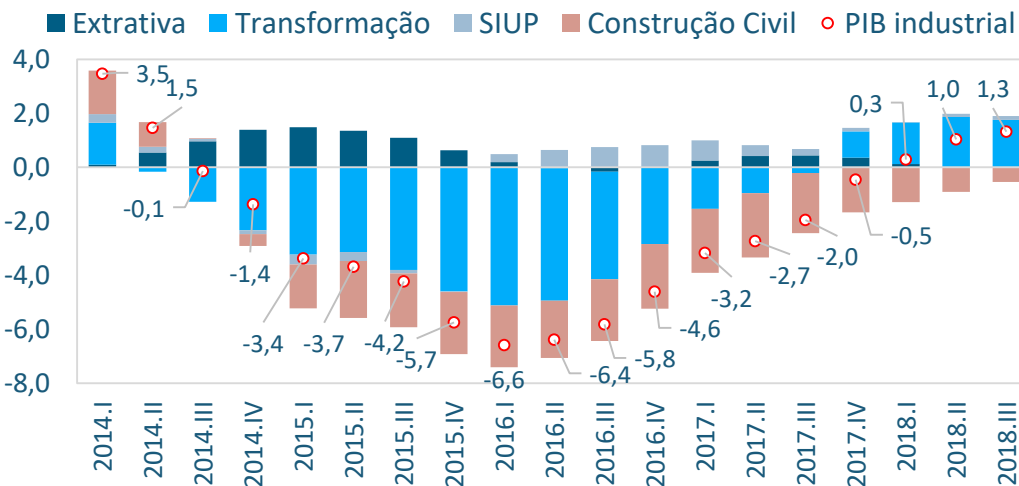
Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 10 de dezembro de 2018

- Apesar de sistemática, a expansão do PIB ao longo dos últimos 7 trimestres (entre março de 2017 e setembro de 2018) ainda não foi suficiente para levar a economia de volta ao nível observado no pré-crise. A estagnação do setor da construção civil, em um patamar ainda 30,6% distante do nível pré-crise, tem segurado a recuperação da indústria e dos investimentos.
- A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 53,3% em outubro de 2018, ante 52,2% em setembro e 50,7% em outubro de 2017. É o maior valor desde dezembro de 2006, pelo menos. A elevação de setembro para outubro ocorreu apesar da queda na Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) de 77,2% para 76,5% do PIB.
- Em novembro, a projeção oficial do Executivo para o déficit primário do governo central em 2018 se manteve em R\$ 159 bilhões, igual à meta do ano. O Tesouro Nacional, contudo, já admite que o déficit em 2018 poderá ficar bem aquém da meta. O déficit projetado pela IFI é de R\$ 137,5 bilhões e a diferença para a projeção oficial se deve basicamente à despesa, cuja execução tem se mostrado muito inferior à esperada inicialmente.
- As últimas projeções fiscais do governo incorporaram dados de execução dos dez primeiros meses do ano. A arrecadação se mostrou melhor do que o esperado em fevereiro e as novas projeções de receita, em alguma medida, refletem esse desempenho. Já no caso das despesas, a execução ficou bem abaixo do previsto inicialmente, mas as projeções oficiais ainda não foram revistas de modo compatível.
- Brasil possui patamares de gastos sociais e de carga tributária (20,7% e 32,3% do PIB) um pouco abaixo das médias dos países da OCDE (21,1% e 34,2% do PIB). No caso do Brasil, os gastos sociais estimados correspondem a 20,7% do PIB.

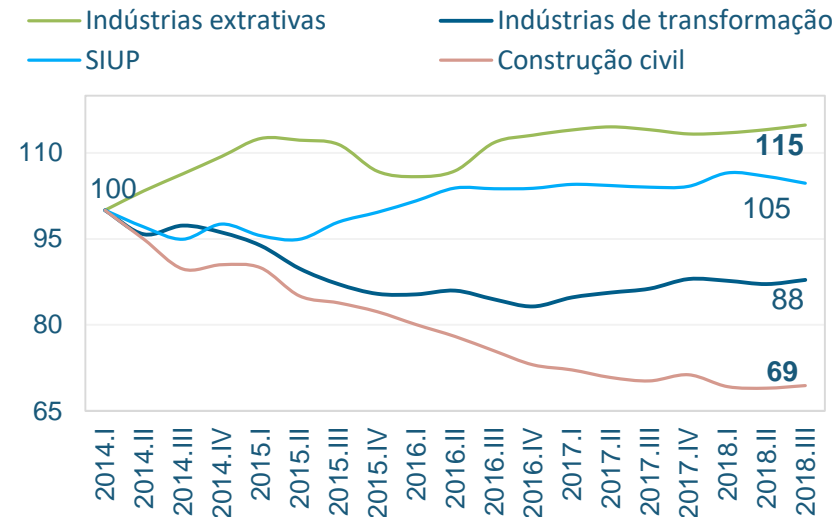
- Após 3º trimestre de 2018, economia apresenta recuperação persistente, mas ainda insuficiente para recolocar o país no nível pré-crise (1º Tri/2014). A indústria de transformação e a construção civil estão 12% e 30% abaixo do nível pré-crise, respectivamente. No nosso cenário base, o patamar do início de 2014 só ocorrerá em 2020.
- A construção civil tem segurado a recuperação da indústria. O crescimento do PIB industrial quantificado pela taxa acumulada em quatro trimestres (1,3%) tem sido impulsionado, desde o fim do ano passado, pela indústria de transformação. No 3º trimestre de 2018, o segmento acumulou alta de 3,1% e impactou em 1,7 p.p. o PIB industrial. Por outro lado, a contribuição da construção civil (-2,5% e -0,5 p.p.) é negativa pelo 16º trimestre consecutivo.

CONTRIBUIÇÕES (P.P.) PARA CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL ACUM. 4 TRI



EVOLUÇÃO PIB INDUSTRIAL

1ºT 2014 = 100 - séries dessazonalizadas



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Na ótica das despesas, a expansão expressiva dos investimentos registrada no terceiro trimestre é justificada sobretudo pelo desempenho da formação bruta de capital fixo. Porém, deve ser vista com certa cautela, pois esteve associada à importação de equipamentos decorrente de modificações no regime aduaneiro REPETRO.
- A demanda interna exerce papel de destaque no crescimento do PIB (de 1,4%). Em termos de contribuição, a absorção doméstica, composta pelas despesas de consumo das famílias (1,5 p.p.), do governo (0,0 p.p.) e dos investimentos (0,7 p.p.), contribuiu com 2,2 p.p. A demanda externa (exportações líquidas), ao contrário, exerceu influência negativa (de -0,8 p.p.).
- A recuperação do consumo das famílias tem sido impulsionada pelo: (i) aumento das novas concessões; e (ii) recuo gradual das taxas médias de juros. Tal movimento reativa o crédito e alivia o comprometimento de renda das famílias com dívidas bancárias.

## CONTRIBUIÇÕES (EM P.P.) NA TAXA ACUMULADA EM QUATRO TRIMESTRES DO PIB

	2017.I	2017.II	2017.III	2017.IV	2018.I	2018.II	2018.III
<b>Absorção interna</b>	<b>-2.1</b>	<b>-0.9</b>	<b>0.1</b>	<b>1.0</b>	<b>1.1</b>	<b>1.7</b>	<b>2.2</b>
Consumo das famílias	-1.8	-0.9	-0.1	0.9	1.5	1.6	1.5
Consumo do governo	0.0	-0.1	-0.2	-0.2	-0.1	0.0	0.0
Formação Bruta de Capital Fixo	-1.3	-1.1	-0.8	-0.4	-0.1	0.3	0.7
Varição de estoques*	1.0	1.2	1.1	0.7	-0.2	-0.3	0.0
<b>Exportações líquidas</b>	<b>0.2</b>	<b>-0.1</b>	<b>-0.2</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>	<b>-0.3</b>	<b>-0.8</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

\* Corresponde à variação líquida nos estoques de bens finais e matérias-primas utilizadas no processo de produção. A rubrica é usada como elemento para o equilíbrio entre a oferta e a demanda por bens e serviços.

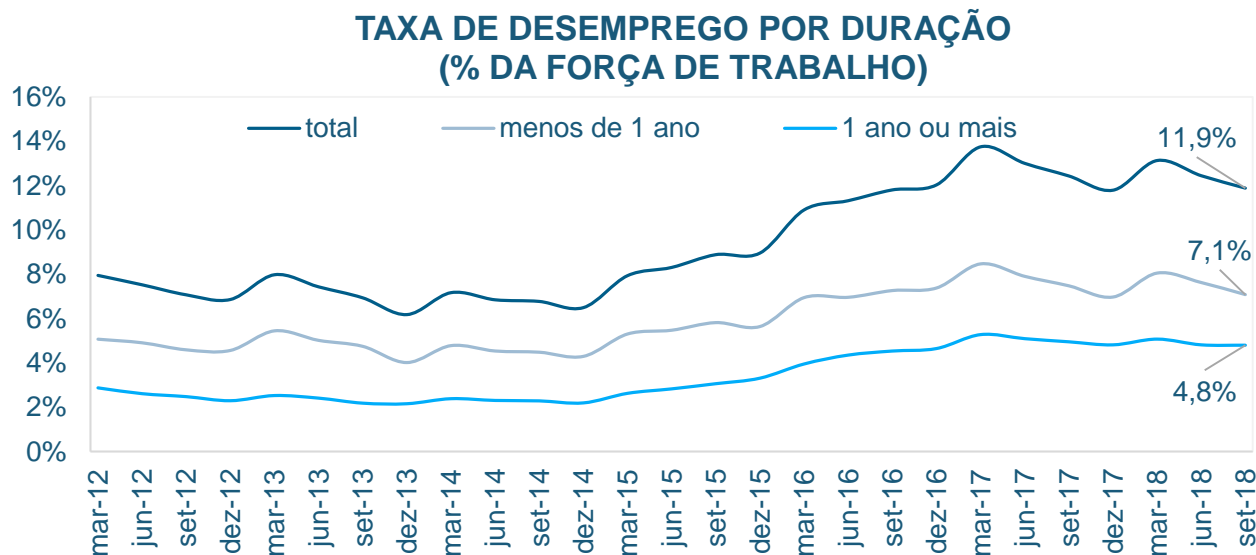
- A redução do desemprego está diminuindo lentamente, situando-se em 11,7% em outubro. Reflete a expansão das vagas no setor informal e no trabalho por conta própria, enquanto a população ocupada com carteira assinada no setor privado está diminuindo.

## POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO

Indicadores de emprego	Valores absolutos (em milhares)			Variação acumulada em 12 meses			Percentual em relação ao total de ocupados		
	ago/18	set/18	out/18	ago/18	set/18	out/18	ago/18	set/18	out/18
<b>População ocupada</b>	<b>92.081</b>	<b>92.622</b>	<b>92.901</b>	<b>1.6%</b>	<b>1.6%</b>	<b>1.6%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>
Com carteira assinada no setor privado	32.968	32.972	32.923	-1.8%	-1.5%	-1.4%	35.8%	35.6%	35.4%
Sem carteira assinada no setor privado	11.191	11.511	11.628	5.4%	5.0%	5.3%	12.2%	12.4%	12.5%
Trabalhador doméstico	6.302	6.259	6.264	2.9%	2.5%	2.1%	6.8%	6.8%	6.7%
Setor público	11.718	11.732	11.713	2.4%	2.5%	2.4%	12.7%	12.7%	12.6%
Empregador	4.433	4.429	4.514	5.5%	5.1%	4.7%	4.8%	4.8%	4.9%
Conta Própria	23.283	23.496	23.610	3.5%	3.4%	3.2%	25.3%	25.4%	25.4%
<b>Percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social</b>	<b>58.354</b>	<b>58.398</b>	<b>58.488</b>	<b>-0.3%</b>	<b>-0.1%</b>	<b>0.0%</b>	<b>63.4%</b>	<b>63.0%</b>	<b>63.0%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

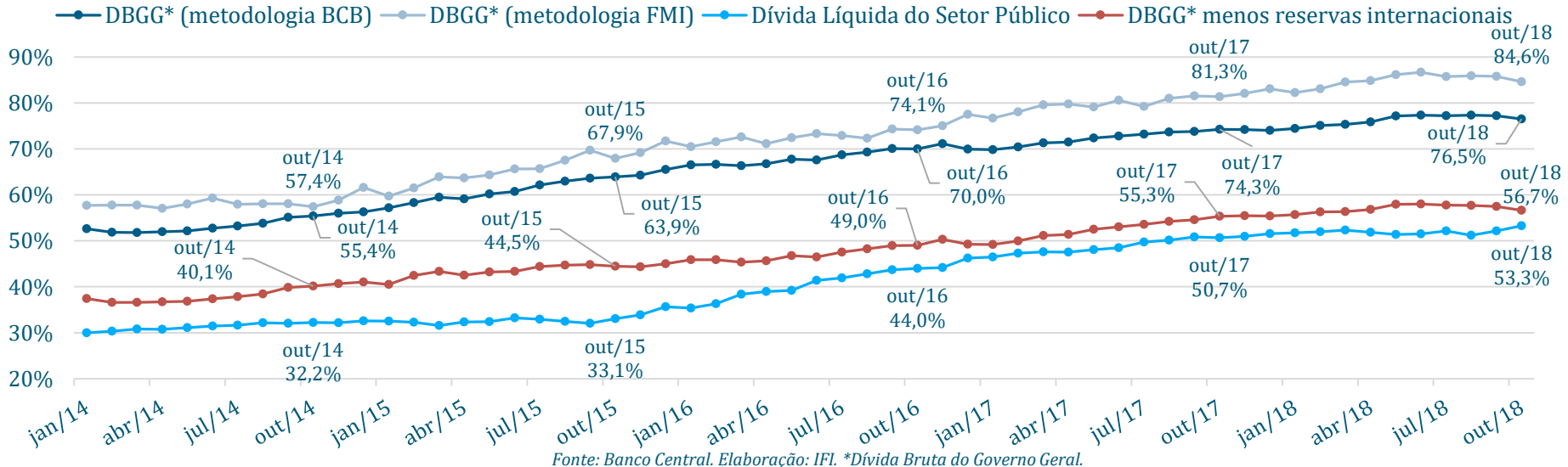
- A permanência no desemprego de longa duração (4,8% da força de trabalho) afeta a empregabilidade e a reintegração no mercado de trabalho.
- Além da preocupação quanto ao bem-estar dos indivíduos nessa condição, existe ainda o receio de que parte desse aumento decorrente do ciclo recessivo recente se traduza também em elevação do desemprego estrutural, com efeito sobre o crescimento do produto potencial da economia.



Fonte: Microdados da PNADC - IBGE. Elaboração: IFI.

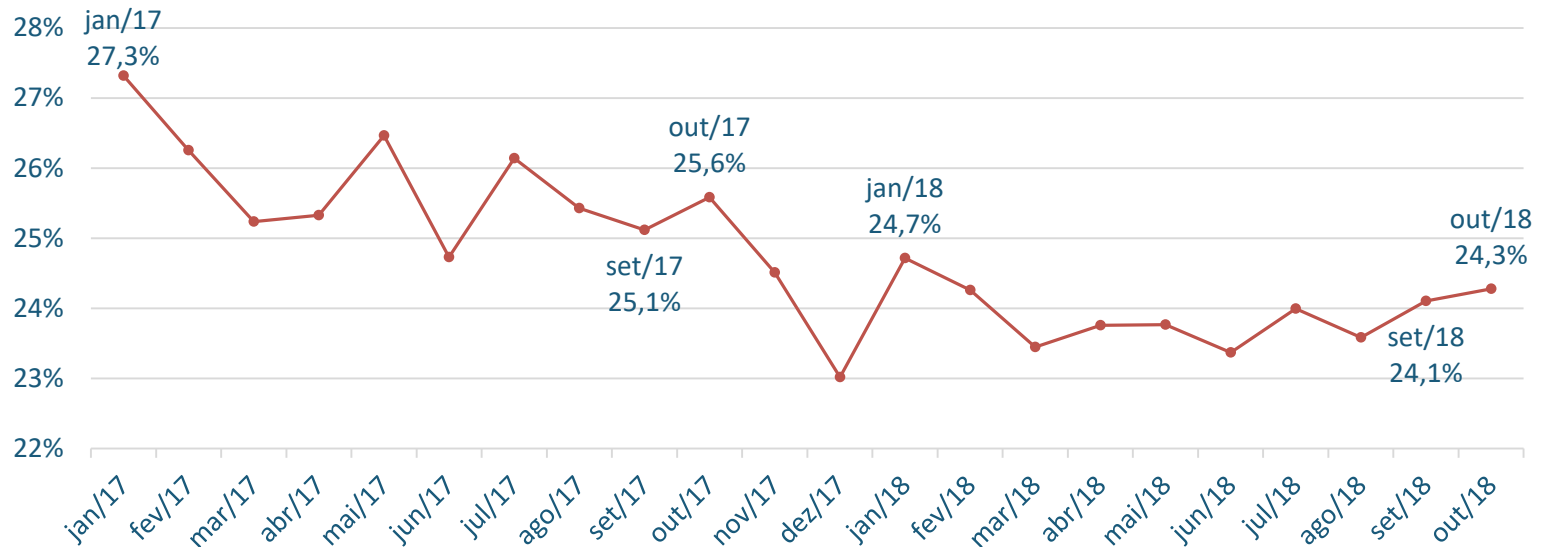
- Déficit primário deve encerrar o ano abaixo da meta fiscal, mas o desequilíbrio continua bastante significativo e demorará até 2023 para ser totalmente sanado. Os gastos com juros abriram algum espaço fiscal, mas uma melhora persistente do quadro fiscal só ocorrerá quando forem promovidas as reformas do gasto obrigatório, em particular, do gasto previdenciário.
- Em outubro de 2018, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$ 3,6 trilhões, valor maior que o de setembro em R\$ 98,9 bilhões. Em termos percentuais do PIB, a DLSP atingiu 53,3% em outubro, ante 52,2% em setembro deste ano e 50,7% em outubro do ano passado.
- Em out/18, a DLSP atingiu o maior valor desde dez/06, apesar da queda da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG).

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



- A queda na DBGG se deveu tanto à queda no endividamento interno quanto no endividamento externo
- O estoque de operações compromissadas do Banco Central elevou-se em 07,76% entre setembro e outubro de 2018 e com isso, sua participação na dívida interna permanece na faixa mencionada, que se situa abaixo daquela prevalecente ao longo de 2017.

## OPERAÇÕES COMPROMISSADAS DO BANCO CENTRAL (% DA DÍVIDA INTERNA)

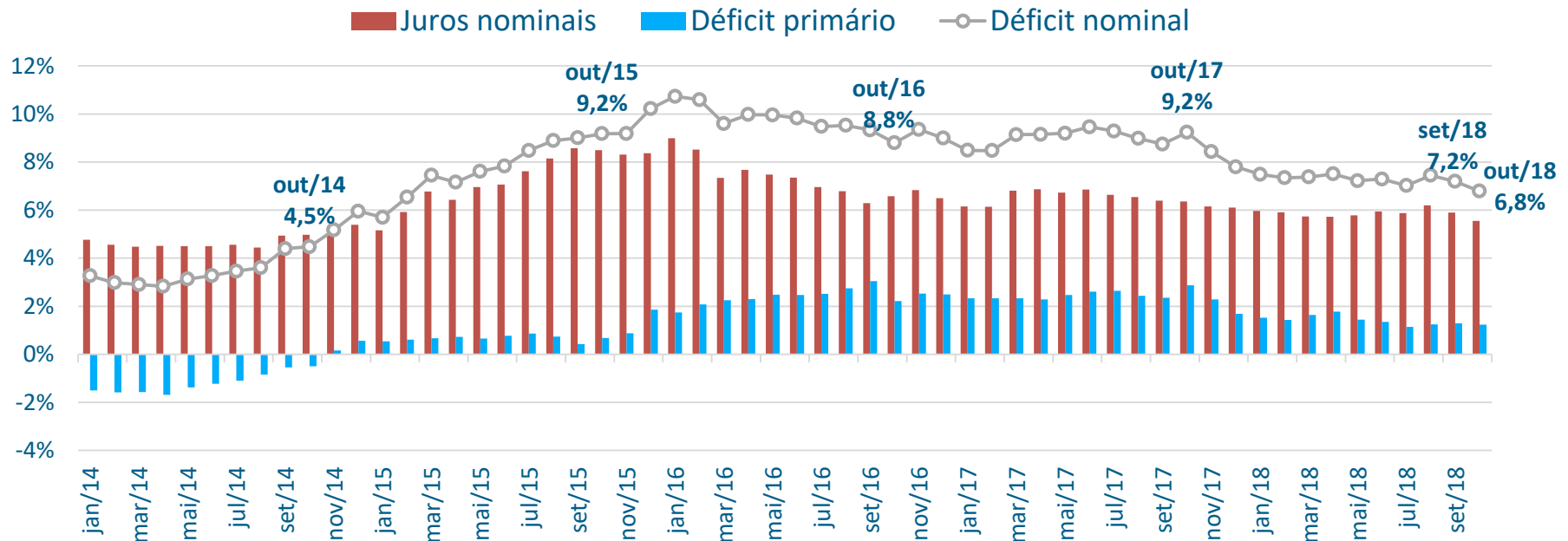


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.



- Queda do déficit primário em out/18 alcançou 1,24% do PIB, sendo o menor percentual desde dezembro de 2015 (com exceção de julho deste ano, quando atingiu 1,15% do PIB).
- Gastos com juros caíram em out/18, principalmente em razão do ganho de R\$ 19,3 bilhões com *swaps* cambiais, maior ganho para o Banco Central desde julho de 2016.

## NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

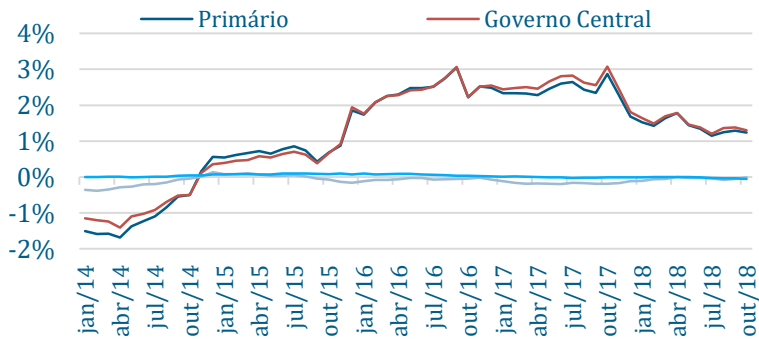


Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI. Valores positivos indicam déficit; valores negativos, superávit. Cada série histórica corresponde à soma dos doze meses anteriores dividida pela soma do PIB mensal dos mesmos doze meses.

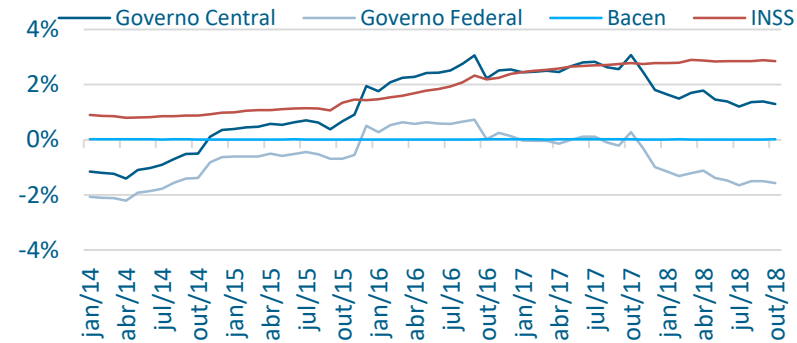
- Déficit primário do setor público consolidado foi de 1,24% do PIB em out/18.
- Desde abril de 2018, o resultado primário dos governos regionais tem permanecido superavitário (no acumulado em doze meses), contribuindo muito modestamente para abater parte do déficit do GC no contexto do setor público consolidado.

## DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO (% DO PIB)

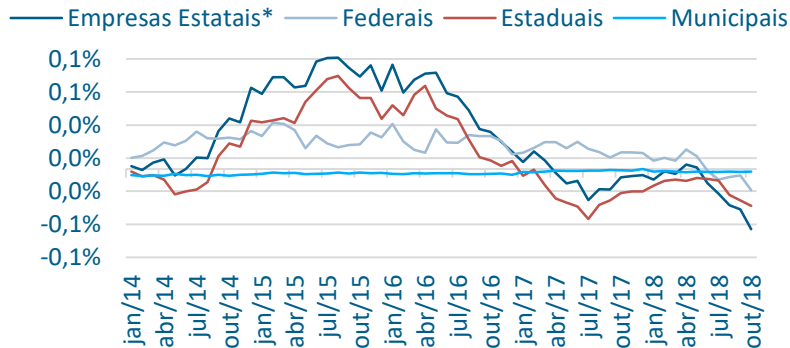
### DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



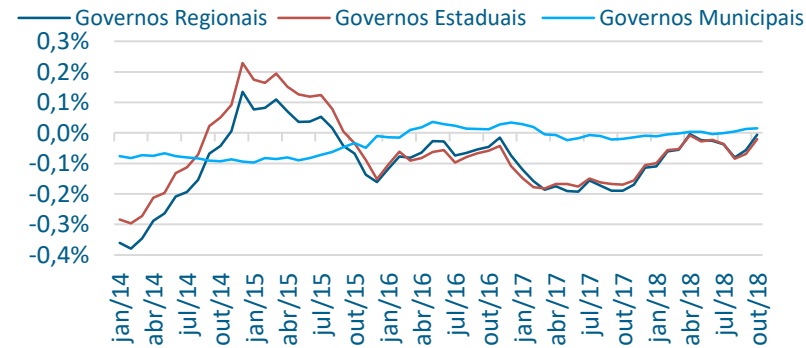
### DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL



### DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS



### DECOMPOSIÇÃO DO DÉFICIT PRIMÁRIO DOS GOVERNOS REGIONAIS



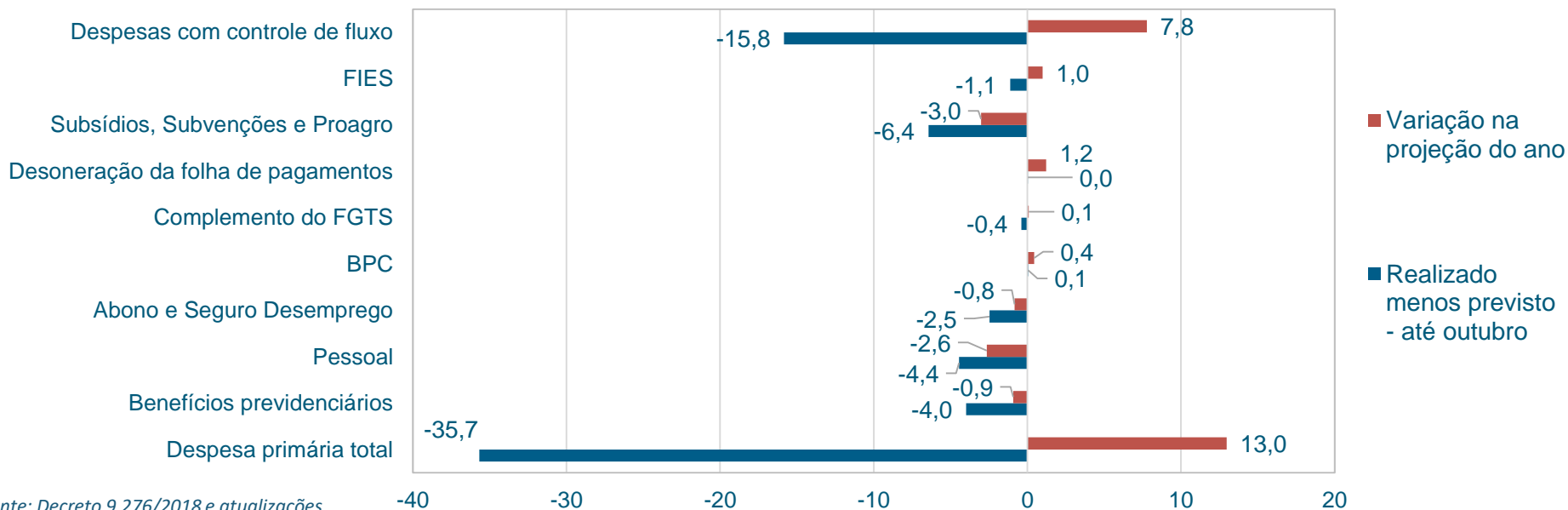
- Em novembro, a projeção oficial do Executivo para o déficit primário do governo central em 2018 se manteve em R\$ 159 bilhões, igual à meta do ano. O Tesouro Nacional, contudo, já admite que o déficit em 2018 poderá ficar bem aquém da meta. O déficit projetado pela IFI é de R\$ 137,5 bilhões e a diferença para a projeção oficial se deve basicamente à despesa, cuja execução tem se mostrado muito inferior à esperada inicialmente.

## COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA X IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

Discriminação	2018								IFI - Decreto 9.590/18	
	LOA		Decreto 9.515/18		Decreto 9.590/18		IFI (RAF 22)		Valores	Dif. %
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	1.462,1	21,0	1.486,0	21,6	1.482,5	21,6	1.476,3	21,1	-6,2	-0,4
<b>I.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	890,3	12,8	905,1	13,2	903,7	13,2	894,6	12,8	-9,1	-1,0
<b>I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	405,3	5,8	390,5	5,7	389,8	5,7	393,3	2,7	3,5	0,9
<b>I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	166,5	2,4	190,4	2,8	189,1	2,8	188,4	0,0	-0,6	-0,3
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	244,2	3,5	255,9	3,7	256,9	3,7	254,8	3,6	-2,1	-0,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	1.217,8	17,5	1.230,0	17,9	1.225,6	17,8	1.221,5	17,5	-4,1	-0,3
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	1.373,4	19,8	1.389,0	20,2	1.384,6	20,2	1.359,0	19,5	-25,5	-1,8
<b>IV.1 Despesas Obrigatórias</b>	1.091,4	15,7	1.098,2	16,0	1.096,2	16,0	1.085,8	15,6	-10,4	-0,9
Benefícios Previdenciários	596,3	8,6	592,9	8,6	591,5	8,6	589,2	8,4	-2,2	-0,4
Pessoal e Encargos Sociais	296,9	4,3	300,7	4,4	299,9	4,4	303,1	4,3	3,1	1,0
Abono e Seguro Desemprego	62,6	0,9	55,6	0,8	56,1	0,8	56,1	0,8	0,1	0,1
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	56,0	0,8	56,3	0,8	56,3	0,8	56,3	0,8	-0,1	-0,1
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11,5	0,2	13,4	0,2	13,6	0,2	13,0	0,2	-0,5	-3,8
FUNDEB (Complem. União)	14,1	0,2	13,8	0,2	13,8	0,2	13,3	0,2	-0,5	-3,4
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14,6	0,2	14,6	0,2	14,3	0,2	14,3	0,2	-0,1	-0,4
Subsídios, Subvenções e Proagro	20,3	0,3	19,2	0,3	19,2	0,3	13,9	0,2	-5,4	-27,8
Demais	19,1	0,3	31,8	0,5	31,5	0,5	26,6	0,4	-4,9	-15,6
<b>IV.2 Despesas com controle de fluxo (todos os Poderes)</b>	282,0	4,1	291,6	4,2	289,1	4,2	273,3	3,9	-15,9	-5,5
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	-155,5	-2,2	-159,0	-2,3	-159,0	-2,3	-137,5	-2,0	21,5	-13,5

- Com dados realizados até outubro, projeções do governo para o ano se mostram pouco realistas. Mesmo com desempenho melhor que o esperado nas receitas e despesas, relatório de avaliação do 5º bimestre sustenta estimativas de déficit primário que contrariam as sinalizações do próprio Tesouro Nacional.
- Execução das despesas até outubro ficou bem abaixo do previsto em fevereiro. Maior diferença está nas despesas com controle de fluxo (benefícios a servidores públicos, ações específicas em saúde e educação etc.) e nas discricionárias.
- Descolamento nossas projeções e as oficiais se justifica, em síntese, pela: (i) incorporação, pela IFI, do “empocamento”, reduzindo projeção de despesas com controle de fluxo; e (ii) redução da projeção de alguns itens do gasto obrigatório, tendo em vista os dados de execução já disponíveis.

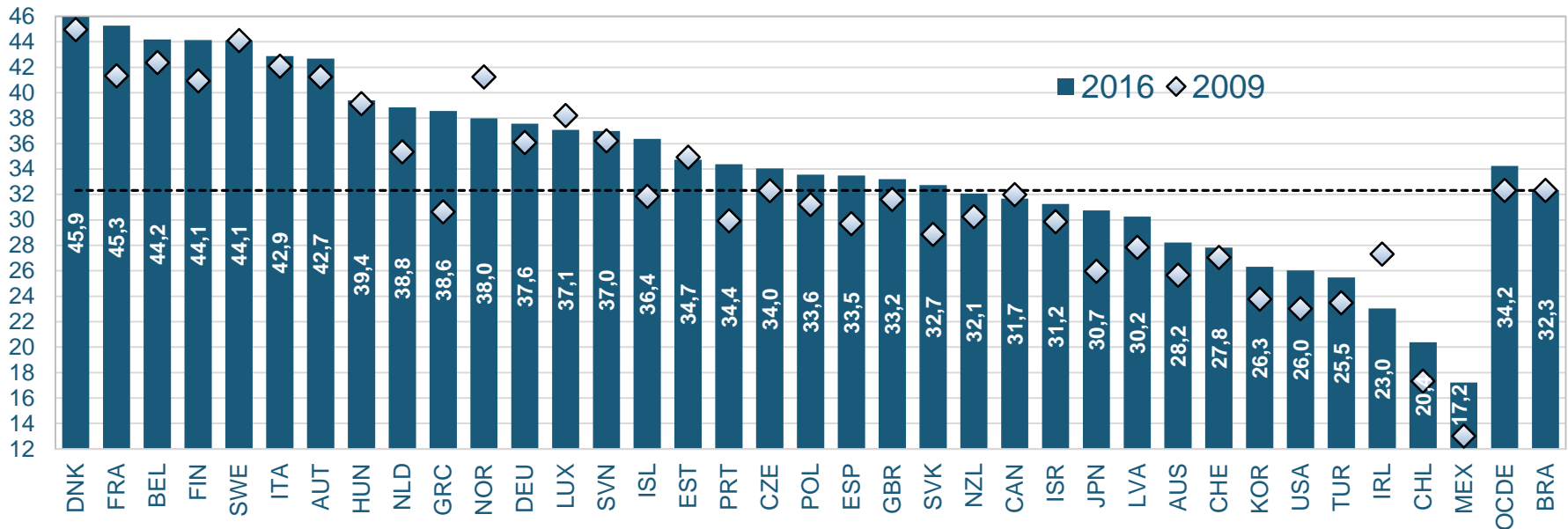
## Despesas primárias - Diferença valores realizados x previstos - Jan-Out/2018 (R\$ Bilhões)



Fonte: Decreto 9.276/2018 e atualizações.

- A tendência mais geral de crescimento da carga nos países da OCDE destoa do padrão observado no Brasil. No ano de 2009, a carga tributária brasileira de 32,3% do PIB era idêntica à média dos países da OCDE. Deste então, a carga brasileira ficou estabilizada nos mesmos 32,3% do PIB em 2016, passando a se situar cerca de 2 p.p. do PIB abaixo da média dos países da OCDE.
- O Brasil permanece com uma carga superior a um grupo de 13 países da OCDE.

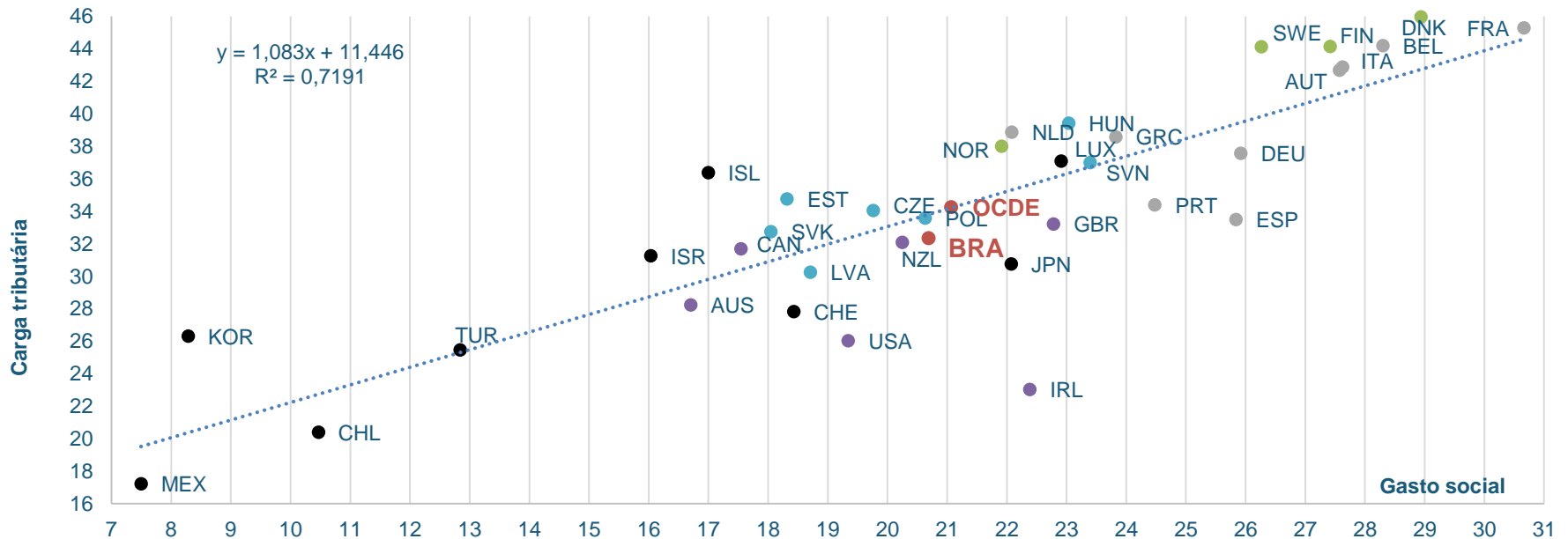
**CARGA TRIBUTÁRIA: BRASIL E PAÍSES DA OCDE, PARTICIPAÇÃO (%) DO PIB EM 2009 E 2016**



Fonte: Cálculos da IFI para Brasil e dados da OECD.Stat para os demais países. Siglas: Austrália (AUS), Áustria (AUT), Bélgica (BEL), Canadá (CAN), Chile (CHL), República Checa (CZE), Dinamarca (DNK), Estônia (EST), Finlândia (FIN), França (FRA), Alemanha (DEU), Grécia (GRC), Hungria (HUN), Islândia (ISL), Irlanda (IRL), Israel (ISR), Itália (ITA), Japão (JPN), Coreia do Sul (KOR), Letônia (LVA), Luxemburgo (LUX), México (MEX), Holanda (NLD), Nova Zelândia (NZL), Noruega (NOR), Polônia (POL), Portugal (PRT), República Eslovaca (SVK), Eslovênia (SVN), Espanha (ESP), Suécia (SWE), Suíça (CHE), Turquia (TUR), Reino Unido (GBR), Estados Unidos (USA), média dos 35 países da OCDE (OECD) e Brasil (BRA).

- Um dos fatores que mais ajuda a explicar o tamanho da carga tributária no Brasil, a qual pode ser considerada relativamente elevada para uma economia em desenvolvimento, é o volume de gastos sociais.
- Em média, gasto social representa 62% da carga tributária dos países da OCDE. Brasil tem uma boa aderência, 64%.

## CARGA TRIBUTÁRIA E GASTO SOCIAL: BRASIL E PAÍSES DA OCDE, PARTICIPAÇÃO (%) DO PIB EM 2016



Fonte: Cálculos da IFI para Brasil e dados da OECD.Stat para os demais países. Siglas: Austrália (AUS), Áustria (AUT), Bélgica (BEL), Canadá (CAN), Chile (CHL), República Checa (CZE), Dinamarca (DNK), Estônia (EST), Finlândia (FIN), França (FRA), Alemanha (DEU), Grécia (GRC), Hungria (HUN), Islândia (ISL), Irlanda (IRL), Israel (ISR), Itália (ITA), Japão (JPN), Coreia do Sul (KOR), Letônia (LVA), Luxemburgo (LUX), México (MEX), Holanda (NLD), Nova Zelândia (NZL), Noruega (NOR), Polônia (POL), Portugal (PRT), República Eslovaca (SVK), Eslovênia (SVN), Espanha (ESP), Suécia (SWE), Suíça (CHE), Turquia (TUR), Reino Unido (GBR), Estados Unidos (USA), média dos 35 países da OCDE (OECD) e Brasil (BRA).